

REPORTAGEM ESPECIAL

Ministro diz nomes de chefões do crime organizado para OAB

Paulo de Tarso relatou à OAB detalhes das investigações do grupo de elite sobre o crime organizado no Espírito Santo

ALINE NUNES
RODRIGO COUTO

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) recebeu ontem mais do que um relatório formal sobre as ações do grupo de elite da Polícia Federal no Espírito Santo.

O ministro da Justiça, Paulo de Tarso, relatou, informalmente, detalhes sigilosos das investigações e até chegou a citar nomes de chefões do crime organizado do Estado que estão na mira dos agentes federais.

O relatório dos 30 dias de investigações da missão especial no Estado foi entregue ontem pelo ministro da Justiça ao presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, e ao presidente da seccional capixaba da Ordem, Agessandro da Costa Pereira.

Participaram ainda do encontro reservado o secretário da Comissão de Direitos de Defesa da Pessoa Humana (CDDPH), Paulo Sérgio Pinheiro, e o diretor geral da Polícia Federal, delegado Armando de Assis Possa.

A reunião começou com a presença de assessores do governo federal e das entidades representadas.

Logo em seguida, o ministro Paulo de Tarso chamou os dirigentes da OAB, da CDDPH e o diretor geral da Polícia Federal para uma reunião sigilosa, nu-

ma mesa reservada e mais afastada em seu gabinete, quando os tópicos do relatório foram detalhados.

De acordo com a assessoria de comunicação do Conselho Federal da OAB, o relatório apresentado à Ordem é genérico e dividido por tópicos sobre as investigações em andamento feitas pelo grupo de elite da Polícia Federal escalado para combater o crime organizado no Espírito Santo.

Boa parte da conversa foi destinada ao caso do advogado Marcelo Denadai, assassinado no dia 15 de abril na Praia da Costa, em Vila Velha.

A execução do advogado foi um dos motivos que levaram o ministro da Justiça a determinar a vinda da missão especial ao Estado para atuar contra o crime organizado.

Segundo a assessoria do Conselho Federal da OAB, detalhes sobre as investigações, que não constam no relatório entregue à entidade, foram passados pelo delegado Armando Possa.

Outro ponto detalhado do relatório foi a prisão de pessoas ligadas a grupos de extermínio no Estado. Nas informações consta também a prisão de seis pessoas, entre elas policiais militares.

Um novo encontro entre o ministro Paulo de Tarso e a OAB será marcado para novas avaliações sobre os trabalhos da missão especial.

Relatório agrada dirigentes

O presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Rubens Approbato Machado, saiu satisfeito e otimista da reunião com o ministro da Justiça, Paulo de Tarso, depois de ter recebido o relatório dos 30 primeiros dias de atuação do grupo de elite da Polícia Federal, deslocado para combater o crime organizado no Espírito Santo.

“O resultado até agora é muito positivo. São 130 federais trabalhando para combater o crime organizado e o ministro esclareceu que há condições financeiras para manter o grupo atuando. Os primeiros resultados são de alento”, reagiu Approbato após o encontro.

De acordo com o presidente nacional da OAB, o relatório da missão especial da Polícia Federal já aponta fatos concretos, com prisões decretadas.

“Há até dados que apontam

que 50% das denúncias são contra autoridades envolvidas com crimes no Espírito Santo”, relatou Approbato.

O Conselho Federal da OAB vai analisar o conteúdo do relatório para definir o que pode ser divulgado para a sociedade.

O presidente da seccional capixaba da Ordem, Agessandro da Costa Pereira, também trouxe para Vitória o relatório divulgado ontem pelo ministro da Justiça, Paulo de Tarso.

De acordo com a sua assessoria, Agessandro só chegaria a Vitória depois das 22 horas de ontem e hoje poderia falar sobre o encontro em Brasília, mas sem dar detalhes sobre o relatório, que deve ser divulgado somente pelo Conselho Federal da OAB.

A diretoria do Fórum Reage Espírito Santo vai se reunir nesta semana para avaliar o trabalho da missão especial diante das informações passadas pela OAB.



MAURÍCIO MORAIS/AT

A Polícia Rodoviária Federal fez blitz em três pontos da Grande Vitória

Casal preso com cocaína em blitz

O grupo de elite da Polícia Federal prendeu em flagrante um casal acusado de integrar uma quadrilha que estaria vendendo cocaína na Grande Vitória.

Foram presos pelos agentes federais a vendedora Márcia Helena Valadão, 31 anos, e o produtor rural Flávio de Matos Rios, 37 anos. Com eles, os policiais apreenderam seis papalotes de pasta de cocaína, embrulhados em plásticos de cor preta, totalizando 3,169 quilos da droga.

Os dois foram autuados por tráfico de drogas e a vendedora vai responder também pelo crime de porte ilegal de arma.

A operação da Polícia Fe-

deral foi realizada no sábado, às 17h40, quando o casal chegava na Grande Vitória, vindo de Cuiabá, Mato Grosso, de onde os agentes federais já monitoravam a ação dos acusados.

A droga encontrada com o casal estava escondida no paralamas dianteiro do Gol GTI, placa 3829, Vila Velha.

De acordo com informações da Polícia Federal, os agentes já estavam investigando as ações de Maria Helena desde de abril deste ano, acompanhando a sua ida até o Mato Grosso e o retorno ao Estado em companhia de Flávio Rios, que é de Cuiabá.

A Polícia Federal acredita

que a prisão dos dois é mais um golpe na estrutura de venda de drogas no Espírito Santo.

De posse de mandado de busca e apreensão, expedido pela Justiça do Estado, os agentes federais foram até a residência dos suspeitos, no bairro Ilha das Flores, em Vila Velha, onde apreenderam um revólver calibre 38.

Foram encontradas também duas balanças digitais.

Em outra operação – realizada em três pontos: nos trevos de Guarapari e Viana e na Rodovia do Contorno – a Polícia Rodoviária Federal prendeu ontem uma pessoa por porte ilegal de arma.

Soldado vai a sumário hoje

O sumário de defesa do soldado da Polícia Militar Dalberto Antunes da Cunha – acusado de ser um dos matadores do advogado Marcelo Denadai –, será realizado hoje, às 13h30, na 3ª Vara Criminal do Fórum de Vila Velha, pela juíza Maria Cristina Capanema.

Das sete testemunhas arroladas pela defesa, quatro serão ouvidas hoje, segundo o advogado do soldado, Durval Albert.

“A defesa vai mostrar que o soldado Dalberto não matou o advogado Marcelo Denadai porque estava na cidade de Presidente Kennedy na noite do crime”, sustentou Durval Albert.

O advogado Marcelo Denadai foi assassinado a tiros na noite do dia 15 de abril, quando caminhava na Praia da Costa, em Vila Velha, próximo de onde morava.

Os matadores teriam chegado ao local do crime num Gol branco, segundo concluiu o inquérito da Polícia Civil, que apreendeu, em Cachoeiro de Itapemirim, um veículo que é do soldado Dalberto e teria sido usado para dar cobertura aos executores do advogado.

O Ministério Público Estadual arrolou, inclusive, como testemunha de acusação o dono de uma oficina de Cachoeiro de

Itapemirim e um funcionário da empresa.

No entanto, a defesa do soldado sustenta que o acusado estava no interior do Estado no dia do crime. O advogado do policial disse ontem que outras três testemunhas de defesa serão ouvidas em Presidente Kennedy e irá mostrar que o seu cliente não estava na Grande Vitória no dia em que o assassinato ocorreu.

“A acusação não tem como provar que o meu cliente estava na Grande Vitória no dia do crime. Mas nós vamos provar que ele estava no interior do Estado”, disse o advogado.

Pedido de proteção para testemunha

Luciana gravou conversa com o coronel Ferreira sobre a contratação de pistoleiros, a pedido do Ministério Público

O Ministério Público requisitou à Secretaria de Estado da Segurança Pública que a recepcionista Luciana Costa seja incluída no programa de proteção à testemunha, o Provita.

Ela gravou uma conversa com o coronel Walter Gomes Ferreira, durante a qual, por meio de códigos, falam sobre a contratação de pistoleiros para vingar a morte do pai dela, o empresário Antônio Costa Neto.

Na mira dos criminosos estavam o cabo da PM Elias Costa Vila Real e Valmir Alves Rodrigues, presos sob a acusação de matar o empresário.

Luciana, que mora nos Estados Unidos, já mudou de endereço após a gravação, que realizou sob orientação do MP não apenas com Ferreira, mas também com José Maurício Cabral, responsável pela negociação com os matadores.

Contudo, o promotor Fábio Vello Corrêa, coordenador do Grupo de Trabalho para Repressão ao Crime Organizado (GRCO), acredita que a recepcionista possa precisar do Provita.

O secretário da Segurança, coronel Edson Ribeiro do Carmo, explicou que, para Luciana ser incluída no programa, deve estar no País porque ele não pode aplicar as leis brasileiras num estado americano.

Caso a recepcionista decida

continuar morando nos Estados Unidos e queira a proteção, coronel Ribeiro informou que pode solicitar ao Ministério da Justiça que encaminhe à Anistia Internacional uma solicitação de proteção naquele país.

PRISÃO

Avaliando que o coronel Ferreira está envolvido em um esquema de crimes de mando e queima de arquivo tomando como base as gravações de Luciana, Fábio Vello solicitou a decretação da prisão do policial na sexta-feira ao juiz da 1ª Vara Criminal de Colatina, Getter Lopes de Faria Júnior, que ainda ontem analisava o pedido.

Para o promotor, somente com Ferreira preso as investigações poderão ter continuidade sem interferências em relação às testemunhas. Uma delas estaria detida graças à ação do grupo de elite da Polícia Federal.

Contra Maurício já existe a decretação da prisão expedida pelo juiz Ronaldo Sousa, da 1ª Vara Criminal de Vitória, referente a um outro crime no qual estaria envolvido. Portanto, segundo Vello, ele é um foragido da Justiça.

Há também o pedido de prisão contra outros acusados, porém o promotor preferiu não revelar nomes para não comprometer o trabalho que o GRCO está desenvolvendo, com o apoio da PF.

Coronel sabia do grampo

O advogado Lisandro de Castro Lugon, que defende o coronel Walter Gomes Ferreira, disse ontem que seu cliente está sendo usado por oportunistas e que, em sua avaliação, não existe nada que incrimine Ferreira no diálogo que teve com a recepcionista Luciana Costa e que o coronel sabia que o telefonema estava sendo gravado.

Lugon ressaltou que o caso "merece e precisa ser investigado", garantindo que o coronel Ferreira está pronto a prestar esclarecimentos.

"O coronel nunca se negou a ajudar a Justiça. É preciso analisar o teor da conversa e não fazer uma condenação prévia. Ele admitiu ter conversado, mas negou que o telefonema tenha sido alguma prática ilegal, mesmo porque ele sabia que o telefone estava grampeado", comentou.

Para o advogado, o exemplo da perseguição que o coronel Ferreira estaria sofrendo está nos dois processos a que o policial

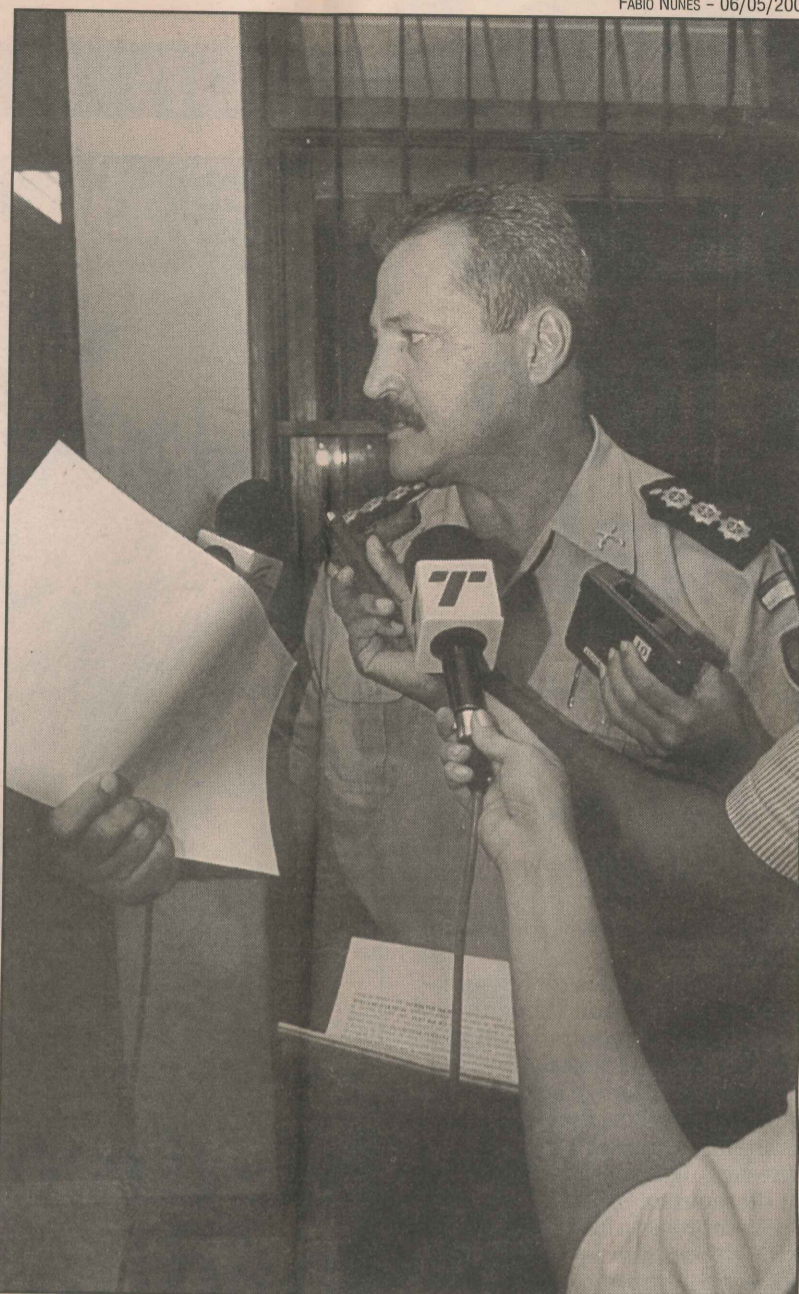
da reserva está respondendo.

De acordo com Lugon, no caso da suposta extorsão, um dos acusados recusou receber R\$ 60 mil a que teria direito, mas teria extorquido R\$ 1,8 mil do Sindicato dos Rodoviários.

"São esses absurdos que nos fazem acreditar que estão agindo politicamente contra Ferreira porque estão querendo algo de impacto. Vamos combater a criminalidade, mas dentro da lei. É preciso que a cidadania seja levada a sério. Não existem elementos contra o coronel e queremos criá-los", criticou Lisandro Lugon.

O advogado espera que a prisão de Ferreira não seja decretada, considerando que em nada o policial poderia atrapalhar as investigações.

Informado sobre o fato de que testemunhas estariam com medo de dar declarações, Lugon contestou o argumento lembrando que, até há pouco tempo, o coronel estava preso e que os depoimentos já devem ter sido colhidos.



O coronel Ferreira conversou com Luciana por telefone

TRECHOS DA TRANSCRIÇÃO DAS FITAS*

DIÁLOGO LUCIANA X MAURÍCIO

...Luciana pergunta se os caras são de confiança. Maurício diz que só paga depois que faz, diz que o negócio é garantido. Luciana pergunta se o coronel Ferreira conhece o pessoal. Maurício diz que tem um que parece que é conhecido, mas só de nome porque é uma pessoa complicada.

Maurício diz que ficou de conversar com ele (Ferreira) mas ele está enrolado na Justiça. Luciana pergunta por que está pegando para o lado dele (Ferreira). Maurício diz que é muita coisa...

...Luciana diz para Maurício pedir ao coronel Ferreira para ligar para ela. Maurício diz que onde ele está não pode ligar, os telefones são grampeados. Maurício diz que vai lá e vai levar um telefone para ele (Ferreira) falar com ela. Maurício diz que lá (na prisão) não pode falar muito porque quem está na sala ao lado pode ouvir.

Luciana diz que queria conversar com ele porque é muito sério, ela diz que lembra dos 'esquemas' do pai dela com o coronel e diz que o pai dela sempre confiou no coronel e que o coronel sempre soube de tudo que o pai dela fazia, sempre estava por dentro de tudo e ela queria conversar com ele.

Maurício diz que vai colocar ela para falar com o coronel, mas pede para ela não falar abertamente os negócios. Maurício diz para falar assim (usar um código): "o Maurício arrumou um negócio de um gado aí, assim, assim... que ele está sabendo da situação todinha,

para passar o dinheiro, fala assim que ele vai entender.

Luciana diz que ela vai falar de um gado. Maurício confirma dizendo que tem que ser assim para evitar escuta. Depois de algum tempo de conversa, despedem-se.

DIÁLOGO LUCIANA X FERREIRA

Luciana pergunta se pode falar com o coronel Ferreira. O coronel responde: Eu. coronel Ferreira pergunta como Luciana está. Luciana responde que não é fácil. Coronel Ferreira diz "Cuidado com o seu telefone tá (...) grampeado!!! (risos) Entendeu?! Luciana diz que entendeu. Coronel Ferreira diz "primeiro, meus sentimentos... eu não fui lá porque eu estou preso".

Luciana diz que está torcendo para ele sair logo. Continuam a conversa em tom de lamentações. Luciana diz que o Maurício está vendendo um gado (usa o código combinado com Maurício). Coronel Ferreira diz que sabe, diz que já conversou com ele sobre isso.

Luciana pergunta para coronel Ferreira se pode confiar nele (no Maurício) porque ele deu uma conta para ela passar um dinheiro. Coronel Ferreira diz que pode confiar sim. Luciana pergunta se está tudo bem com ele. Coronel Ferreira diz que sim. Despedem-se.

(* Transcrição feita por um perito criminal da Polícia Federal das gravações realizadas por Luciana sob orientação do Ministério Público. Os trechos foram destacados durante o trabalho da perícia.

Juízes falam sobre impunidade

Os juízes Alexandre Martins de Castro Filho e Carlos Eduardo Ribeiro Lemos ministraram, ontem, uma palestra sobre impunidade e políticas contra a violência aos alunos de Direito da faculdade de Univix, em Vitória.

Os juízes, que já foram ameaçados de morte, são da Vara de Execuções Penais de Vitória e também presidentes inquiridos da missão especial instalada no Estado. Por estarem sofrendo ameaças por parte do crime organizado, estão sendo monitorados pela Polícia Federal.

Durante a palestra, o juiz Carlos Eduardo falou aos alunos sobre a necessidade de se aplicar uma política de tolerância zero à criminalidade.

Ele levou o exemplo de Nova Iorque, que em seis anos conseguiu reduzir a violência em 50%. Essa política defende a punição a todos os crimes de forma efetiva e severa e também a adoção de penas alternativas.

"É a sensação de impunidade que aumenta a criminalidade. Se os bandidos souberem que cometendo pequenos ou grandes delitos, eles serão punidos, a criminalidade diminui, como ocorreu em Nova Iorque e em outras cidades", disse o juiz.

Uma das medidas que deu certo em Nova Iorque e que já está sendo aplicada em algumas cidades brasileiras, segundo Lemos, é o monitoramento por meio de câmeras de vídeo dos pontos mais violentos do município.

Já o juiz Alexandre Martins falou sobre a necessidade de aproximação entre a polícia e a Justiça e de se acabar com os trâmites burocráticos que fazem com que a Justiça seja "lenta e ineficaz".

O juiz também falou sobre soluções que levariam ao fim da impunidade. A principal seria a elaboração de estratégias com base nos boletins de ocorrência.

"Em São Paulo, a polícia fez um levantamento nos boletins e descobriu que 40% dos crimes aconteciam em 1% das ruas. A partir daí, aumentou o policiamento daquelas ruas e a criminalidade diminuiu", disse.

Entre outros pontos, o juiz Alexandre abordou a necessidade de aumento do efetivo e de um reaparelhamento das polícias. Segundo ele, o governo tem condições de proporcionar mais segurança à população.

"Não adianta comprar viatura se não tem policial para dirigi-la ou combustível para abastecê-la. O problema do governo não é financeiro, precisamos apenas que as verbas sejam melhor divididas para que a segurança pública funcione", avaliou o magistrado.